



Brasília-DF, 13 de abril de 2026



Aniversariante

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI parabeniza o companheiro pela data especial.



13 de abril
Jorge Luiz Mussel

Presidente da
FTI Vestuário do Estado do RJ



INPC

Índice Nacional de
Preços ao Consumidor

MARÇO / 2026

0,91%

**INPC ACUMULADO
12 MESES
DATA-BASE EM
ABRIL 3,77%**



Em março, INPC sobe para 0,91%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) chegou a 0,91% em março, ficando 0,35 p.p. acima do resultado de fevereiro (0,56%). No ano, o INPC acumula alta de 1,87% e, nos últimos 12 meses, de 3,77%, acima dos 3,36% acumulados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em março de 2025, o INPC havia chegado a 0,51%.

O grupo dos produtos alimentícios no INPC acelerou de fevereiro (0,26%) para março (1,65%). Já a variação dos não alimentícios passou de 0,66% em fevereiro para 0,67% em março. Fernando observa que "a maior contribuição nos alimentos se dá por conta do maior peso do grupo no INPC".

A maior variação do INPC ocorreu em Salvador (1,52%), puxada pela gasolina (17,37%) e pelo tomate (49,25%). Já a menor variação ocorreu em

Rio Branco (0,33%), com o recuo da energia elétrica residencial (-3,28%) e do óleo de soja (-6,46%).

Fonte: IBGE

Tem Marcha da Classe Trabalhadora, dia 15 abril, em Brasília

Presidente Lula receberá lideranças sindicais ao final da marcha



A Marcha da Classe Trabalhadora, realização unitária das Centrais Sindicais, vai levar às ruas de Brasília, em 15 de abril, a militância sindical de todo o país. A marcha será precedida de plenária da CONCLAT (Conferência da Classe Trabalhadora), que aprovará a Pauta da Classe Trabalhadora com as prioridades para o período 2026/2030.

O documento será entregue ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ministros após a marcha. A concentração e a Conferência acontecerão a partir das 8h e o início da marcha rumo à Esplanada dos Ministérios, às 11h. O horário e local da reunião dos sindicalistas com Lula serão informados assim que definidos.

PAUTA

A Pauta da Classe Trabalhadora é um documento elaborado de forma unitária pelas centrais sindicais. Resultado da CONCLAT realizada em abril de 2022, a pauta é atualizada todo ano, com as reivindicações e proposições prioritárias para o período e a conjuntura.

Este ano, a pauta tem 68 itens, entre eles a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e fim

**Brasília-DF, 13 de abril de 2026**

da escala 6x1, valorização e fortalecimento da negociação coletiva, direito de negociação para servidores, regulamentação do trabalho por aplicativos, combate à pejotização irrestrita e enfrentamento ao feminicídio.

O objetivo da Pauta da Classe Trabalhadora é, ao estabelecer prioridades para 2026, ser referencial do movimento sindical para orientar mobilizações, negociações, ações e atuações institucionais em níveis nacional, regional e setorial.

Em 2022, a Pauta da Classe Trabalhadora aprovada na CONCLAT apontou 63 diretrizes relativas ao mundo trabalho, das quais muitas foram encaminhadas pelo governo federal, como a política de valorização do salário mínimo; política de igualdade salarial entre mulheres e homens; retomada e ampliação do Bolsa Família; recuperação da participação sindical nos espaços institucionais; política de combate à fome e à pobreza; correção da tabela do Imposto de Renda; reforma tributária (isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil); medidas para reduzir o endividamento das famílias e o custo do crédito por meio do consignado; política de desenvolvimento produtivo e industrial; crédito às pequenas empresas; proposta de regulação da proteção dos trabalhadores e trabalhadoras mediados por aplicativos, entre outras.

A avaliação do movimento sindical é de que cerca de 70% dessa Pauta foram implementadas pelo governo, desde 2022, ou foram encaminhadas e estão em tramitação/deliberação no Congresso Nacional.

Destques: reivindicações atendidas

- Retomada da política de valorização do salário mínimo.
- Reforma tributária: isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil reais
- Aprovação da política de igualdade salarial entre mulheres e homens.
- Manutenção e ampliação do Programa Bolsa Família e as regras de acesso e de inclusão produtiva para os beneficiários.
- Reativação da participação sindical e social nos espaços institucionais como conselhos, conferências e grupos de trabalho.
- Política de combate à fome e à pobreza.
- Correção da tabela do Imposto de Renda.
- Reforma tributária aprovada no Congresso em 2024.
- Medidas para reduzir o endividamento das famílias e o custo do crédito por meio do consignado.
- Política de desenvolvimento produtivo e industrial materializada na Nova Indústria Brasil e nos seus instrumentos de coordenação e fomento.
- Retomada do papel estratégico do BNDES no financiamento do desenvolvimento produtivo, da

inovação e das frentes de expansão da infraestrutura econômica e social.

- Ampliação do crédito às micro e pequenas empresas e à agricultura familiar.
- Retomada do Programa Minha Casa Minha Vida.

Agendas do Legislativo e do Judiciário

Além da atualização da Pauta da Classe Trabalhadora, as centrais sindicais também atualizaram a agenda sindical unitária no Congresso Nacional e no Judiciário. Os dois documentos trazem os projetos prioritários e de interesse dos trabalhadores em 2026, que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, e os processos relevantes à classe trabalhadora no STF e TSE. As agendas serão entregues aos presidentes da Câmara, do Senado, do STF e do TSE, em data ser definida e informada.

Ficha do evento

Plenária CONCLAT e Marcha da Classe Trabalhadora
Estacionamento do Teatro Nacional
15 abril, quarta-feira
8h -início da concentração 9h – Plenária - CONCLAT
11h – Saída da Marcha
À tarde – Reunião com presidente Lula

Fonte: NCST

Dino acompanha Gilmar e vota por derrubar lei que veta cotas em SC

Ministro critica tramitação acelerada na Alesc e ausência de avaliação dos efeitos da política de cotas raciais.



Rosinei Coutinho/SCO/STF

O ministro Flávio Dino, do STF, acompanhou integralmente o voto do relator, Gilmar Mendes, e se manifestou pela inconstitucionalidade da lei de Santa Catarina que proibiu cotas e ações afirmativas com base em critérios étnico-raciais no ensino superior público e em instituições que recebem recursos públicos.

Para Dino, a norma estadual se apoia em premissa já rejeitada pela jurisprudência do Supremo e interrompe, sem avaliação prévia, uma política pública central para a igualdade material.

No voto, o ministro destaca que a lei catarinense

**Brasília-DF, 13 de abril de 2026**

extinguiu a política "sem audiências públicas, sem oitiva das universidades afetadas e sem qualquer análise concreta dos resultados da política pública que se pretendia extinguir". Segundo ele, houve um "déficit absoluto" de fatos e prognoses legislativas durante a tramitação da norma.

Dino também relembra precedente recente do próprio STF sobre a Lei de Cotas Raciais em concursos públicos federais, no qual o plenário fixou que ações afirmativas não podem ser interrompidas sem avaliação dos efeitos, das consequências de sua descontinuidade e dos resultados alcançados.

A matéria é analisada em três ações em julgamento no Plenário Virtual. Os demais ministros têm até o dia 17 para apresentar seus votos.

Processo legislativo "a toque de caixa"

Ao aderir ao voto de Gilmar, o ministro enfatiza que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou o texto em menos de dois meses, sem aprofundamento técnico e sem ouvir as universidades diretamente afetadas, como a Udesc.

"O que se pode verificar do exame da tramitação legislativa é que o projeto foi aprovado a toque de caixa pela Alesc sem que o órgão legislativo tenha procedido à devida análise da eficácia da política pública vedada."

Para Dino, esse cenário agrava a inconstitucionalidade, pois a norma se baseou na tese de que cotas raciais violariam a isonomia, entendimento que, segundo ele, "contraria frontalmente" a jurisprudência consolidada do Supremo.

Igualdade material

O ministro também citou compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção Interamericana contra o Racismo, que impõe ao Estado a adoção de políticas de promoção da igualdade de oportunidades para grupos sujeitos à discriminação racial. Na avaliação dele, a interrupção abrupta da política catarinense configura afronta à vedação do retrocesso social e à própria construção da igualdade material prevista na Constituição.

Controvérsia

Aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em dezembro de 2025 e sancionada pelo governador Jorginho Mello (PL), a Lei 19.722/2026 proibiu a adoção de cotas e ações afirmativas com recorte étnico-racial no ensino superior público e em instituições que recebem recursos estaduais. O texto ainda fixou multa de R\$ 100 mil por edital publicado em desacordo com a regra e, em caso de reincidência,

autorizou o bloqueio de repasses públicos às instituições.

A medida afeta diretamente estudantes da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), além de alunos de entidades ligadas ao sistema Associação Catarinense das Fundações Educacionais e de faculdades privadas atendidas por programas como Universidade Gratuita e Fumdesc.

A norma, no entanto, manteve exceções para reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência, estudantes oriundos da rede pública estadual e candidatos enquadrados em critérios exclusivamente de renda.

No Supremo, a lei passou a ser contestada em diferentes ações apresentadas pela executiva nacional do Partido Socialismo e Liberdade, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Processos: ADI 7927-DF, ADI 7925-DF e ADI 7926-DF

Fonte: Congresso em Foco

Governo vai liberar R\$ 7 bilhões do FGTS para reduzir dívidas das famílias, diz ministro do Trabalho

Medida integra pacote econômico mais amplo para aliviar endividamento da população



Foto: Ricardo Stuckert/PR

O governo do presidente Lula prepara a liberação de cerca de R\$ 7 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como parte de um conjunto de medidas voltadas à redução do endividamento das famílias brasileiras. A iniciativa busca ampliar as condições de renegociação de dívidas e reorganização financeira, especialmente entre trabalhadores de menor renda, destaca reportagem do jornal Valor Econômico.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que o montante corresponde a valores residuais de liberações anteriores do FGTS que não foram integralmente pagos aos trabalhadores. Segundo ele, a medida integra um pacote mais amplo



Brasília-DF, 13 de abril de 2026

coordenado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em entrevista ao programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional, Marinho explicou que o objetivo central das ações é criar condições mais favoráveis para a redução do endividamento das famílias. "Nós estamos trabalhando essa lógica de buscar criar condições de redução desse endividamento", afirmou.

Matéria completa:

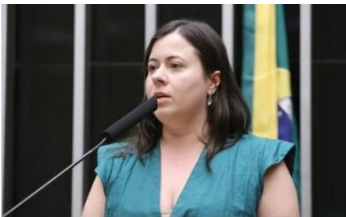
<https://www.brasil247.com/economia/governo-vai-liberar-r-7-bilhoes-do-fgts-para-reduzir-dividas-das-familias-diz-ministro-do-trabalho>

Fonte: Brasil247

Comissão discute criação do Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador; participe

A audiência será interativa; mande suas perguntas

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Sâmia Bomfim propôs a realização do debate

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realiza na terça-feira (14) audiência pública para

discutir a proposta de criação do Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

A reunião ocorrerá no plenário 8, às 16 horas.

[Veja quem foi convidado e envie suas perguntas](#)

O debate atende a pedido da deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP). Ela é a favor da elaboração de um sistema intersectorial que melhore as condições de trabalho, amplie a formalização e fortaleça a proteção à saúde dos trabalhadores.

A criação do sistema nacional é uma sugestão do grupo de trabalho Saúde do Trabalhador do Instituto Walter Leser, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Subnotificações

Sâmia Bomfim afirma que há subnotificação de mortes e doenças relacionadas ao trabalho no Brasil, além da ausência de dados sobre trabalhadores informais, o que dificulta o diagnóstico da realidade e amplia os custos sociais e econômicos para o sistema público.

Ela acrescenta que mudanças recentes na legislação trabalhista e previdenciária, somadas ao

enfraquecimento da fiscalização, contribuíram para a precarização das condições de trabalho.

"Uma solução digna e humana para esses problemas seria a implementação urgente do Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Brasil", defende.

Fonte: Agência Câmara

Respiro sindical - João Guilherme Vargas Netto

Entenda o conceito de respiro sindical e a contradição entre a realidade econômica e a percepção dos trabalhadores



Há uma contradição evidente e visível entre a conjuntura econômica, que é positiva e a percepção das pessoas, retratada pelas pesquisas, sobre esta conjuntura. Fenômeno semelhante (a ser compreendido, explicado e alterado) acontece entre

os trabalhadores e as trabalhadoras com relação ao papel do sindicato, que os representa, de seus dirigentes e dos resultados positivos conquistados pela luta sindical.

No caso mais geral o descompasso entre conjuntura positiva e a percepção da sociedade decorre, fundamentalmente, da mala vita (dificuldades permanentes e inquietações diárias) e de uma oposição vociferante, radical e permanente.

Este segundo fator é inexistente no âmbito da vida sindical (mesmo quando, impulsionadas pelos patrões e RHs, proliferam as cartas de oposição ao sindicato), sendo trocado pela alienação a respeito dos resultados dos esforços coletivos.

Que são reais: durante o ano de 2025 quase 80% dos acordos e convenções negociados superaram a inflação, com ganhos reais e a proporção se mantém nos três primeiros meses de 2026.

A taxa de sindicalização que vinha caindo sistematicamente apresentou um aumento em 2024 que, tudo indica, será confirmado também em 2025.

Este respiro do sindicalismo demonstra que o papel dos dirigentes e sua atitude de bem representar os trabalhadores e as trabalhadoras passa a ser valorizado para enfrentar a alienação individualista.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil